



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 63, DE 13 DE JUNHO DE 2019.

Institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental do Município de Carlos Barbosa a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros, em atendimento à Lei Federal nº 13.722, de 4 de outubro de 2018.

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental do Município de Carlos Barbosa a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros.

Parágrafo único. O curso será de periodicidade anual e deverá ser atendido por professores e funcionários das unidades de ensino e recreação supracitadas, sem prejuízo de suas atividades ordinárias, guardada a proporção com o tamanho do corpo docente e funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento, a ser definido por decreto.

Art. 2º Os cursos de capacitação em primeiros socorros serão ministrados por entidades especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, bem como por profissionais habilitados, tendo como objetivo:

I – identificar e agir preventivamente em situações de emergências e urgências médicas;

II – intervir no socorro imediato do(s) acidentado(s) até que o suporte médico especializado, local ou remoto, torne-se possível.

§1º. O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverão ser condizentes com a natureza e faixa etária do público atendido pelos estabelecimentos de ensino ou recreação.

§2º. As unidades de ensino ou recreação da rede pública ou particular deverão dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

Art. 3º O não cumprimento dos dispositivos desta Lei, implicará às instituições de ensino inadimplentes:

I – Advertência;

II – Multa de 20 (vinte) Unidades de Referência Municipal (URM), aplicada em dobro em caso de advertência reincidente;



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III – Cassação de Alvará de Funcionamento, quando tratar-se de creche ou estabelecimento particular, ou responsabilização funcional e patrimonial, quando tratar-se de creche ou estabelecimento público.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo definir no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de publicação da presente lei os critérios para implementação dos cursos de primeiros socorros.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Barbosa, 13 de junho de 2019.

Evandro Zibetti,
Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.



MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

PROJETO DE LEI N.º 63, DE 13 DE JUNHO DE 2019.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Estamos encaminhando projeto de lei que institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental do Município de Carlos Barbosa a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros.

O projeto de lei em questão objetiva recepcionar a Lei Federal nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que obriga a referida capacitação de professores e funcionários tanto em estabelecimento de ensino ou recreação público quanto privado.

Considerando os benefícios do presente projeto de lei, especialmente para os estudantes, solicitamos sua apreciação e aprovação em regime de urgência.

Carlos Barbosa, 13 de junho de 2019.

Evandro Zibetti,
Prefeito do Município de Carlos Barbosa, RS.